

A PAUTA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A AMÉRICA LATINA NO FORO DE SÃO PAULO DURANTE OS GOVERNOS LULA (2003-2010), E SUA INFLUÊNCIA SOBRE OS PROCESSOS DECISÓRIOS EM POLÍTICA EXTERNA NO BRASIL

Sara Basilio de Toledo¹

Resumo: O projeto de trabalho ora apresentado objetiva, analisar e descrever as propostas de Política Externa Brasileira para a América Latina defendidas pelo PT no Foro de São Paulo durante os anos do governo Lula (2003-2010) a fim de averiguar se houve ou não influência de tais propostas sobre as agenda da política Externa Brasileira durante os governos de Lula da Silva. Faz-se necessário, para tanto, um estudo cuidadoso acerca dos processos decisórios em Política Externa, que por conseguinte envolve a análise do MRE/Itamaraty. Busca-se apreender as linhas gerais das propostas de política externa do PT nos encontros anuais do Foro, que reúne partidos declarados como de esquerda na América Latina.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; PT; Foro de São Paulo (FSP)

1. Introdução

A problemática em torno da partidarização da política externa ganhou expressão significativa com o governo Lula e tem sido alvo de diversas acusações e embates em diversas esferas: seja na academia, na mídia, na opinião pública e, sobretudo, na chancelaria brasileira, por meio de diplomatas e ex-diplomatas, os quais, por meio de críticas, manifestaram os dissensos internos no seio do Itamaraty, avivados pela suposta influência do PT sobre as decisões da política externa brasileira. (FARIA,2012). Estes embates configuram-se de extrema relevância, uma vez que demonstram a relevância das disputas políticas domésticas sobre os processos decisórios em torno da política externa e apontam para um fenômeno que cada vez mais tem ganhado consensualidade entre os analistas: a politização da política externa e o reconhecimento desta como política pública, que, como tal, envolve discussões em torno de sua formulação. (PINHEIRO e MILANI, 2012; LIMA, 2010; LIMA e MILANI, 2014).

É, pois, na esteira destas discussões que a questão acerca da influência dos partidos políticos sobre a formulação da política externa configura-se como elemento fundamental de análise. Neste sentido, o papel do FSP é significativo, do ponto de vista das polêmicas geradas em torno da partidarização da política externa, ao mesmo tempo em que qual seria o papel decisório do Itamaraty?

2. A política externa brasileira na esteira do processo de polarização política

Em 2003 assumia a presidência do Brasil o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), representando pela primeira vez o Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da República. Em oito anos de governo, as diferenças sociais e econômicas no Brasil tornaram-se evidentes, com parcela significativa da população brasileira que emergia para a chamada classe "c". Na prática, a dinâmica deste processo em uma perspectiva política,

¹ Doutoranda em R.I pelo PPGRJ San Tiago Dantas

se resumiu em um movimento acentuado de polarização via PT e PSDB - e suas respectivas e pontuais coligações partidárias. Do ponto de vista da política externa, o projeto de política internacional do PT a respeito da inserção internacional do Brasil se diferenciava do governo anterior, sobretudo, pela ênfase dada a América do Sul como "prioridade das prioridades", nas palavras do ex-chancellor Celso Amorim. Para a maioria dos críticos - seja oposição ou governo - a intenção de alocar a América do Sul em visava alcançar objetivo de o Brasil conquistar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, pelo suporte de que , do ponto de vista normativo e formal, em tais condições o Brasil alçaria maior protagonismo internacional.

Décadas antes, surgia o Foro de São Paulo (FSP), criado em 1990, a partir da articulação entre os líderes do PT e do Partido Comunista Cubano. O objetivo do Foro era o de reunir agremiações políticas esquerdistas da América Latina e do Caribe, pensando em formas de integração e de inserção internacional regionais distantes dos ideais deflagrados pela ascensão das ideias neoliberais da época, cristalizados no Consenso de Whashington.

A ideia de rechaçar a iniciativa neoliberal se alicerça nos diversos problemas socioeconômicos, e da crise do chamado "regionalismo aberto" (HIRST, 2012). Diversos autores argumentam que os três elementos constitutivos do neoliberalismo, a saber, a privatização, a liberalização e a estabilização, ainda que não completamente aplicados de maneira idêntica nos países latino-americanos, geraram um conjunto de problemas sociais e o agravamento das desigualdades de maneira inédita. Em contraposição, o início do século XXI esboçou no espaço sul-americano um cenário bastante particular e contrastante com o final do século anterior, contrários, portanto, à ótica neoliberal, e com perspectivas socioeconômicas e políticas, "preocupados com a revalorização do protagonismo do estado em relação ao mercado, com o objetivo de recuperar capacidades de gestão nos âmbitos interno – especialmente na promoção da equidade social – e externo, em busca de afirmação regional no âmbito sul-americano e maior autonomia nas relações com os Estados Unidos" (TOLEDO, 2014, *apud* AYERBE, 2008. p. 9).

Se comparado com o período anterior, a partir de 2003, o FSP passou por um momento de maior visibilidade, estimulado pelo crescente processo de polarização política identificado no período, facilmente constatado através das diversas coberturas midiáticas e de progressiva polarização social e política, estendendo-se até o ambiente acadêmico (FARIA, 2012). Assim, o processo de polarização alcançou projeção inédita nas eleições de 2014, o qual ultrapassou as barreiras das urnas e se traduziu em movimentos pró e contra o governo Dilma e, conseqüentemente, contra o PT. (ALMEIDA, 2015). Se analisado do ponto de vista da política externa, os projetos do PT e do PSDB, do meio dos anos noventa até 2014, se distinguiram progressivamente, com opções distintas de inserção internacional do país.

Neste contexto, o FSP passou a ser compreendido pela oposição - em uma versão mais extremista - , como um espaço de aglutinação de forças contrárias a regimes plenamente democráticos, que por afinidades ideológicas propensas ao "socialismo/comunismo", aliariam os projetos de política externa nacionais com um projeto mais amplo de "socialismo regional". Assim, a acusação de que a política externa brasileira se tornaria refém dos interesses partidários passa a se configurar como a tônica do debate polarizado em torno da política externa, em todo o processo de gradual polarização política supracitado. Este movimento ficou conhecido como a "partidarização da política externa", termo utilizado oficialmente por parte da oposição, argumentando que a ideologia político-partidária orientaria essencialmente os projetos de política externa do governo, traindo os interesses nacionais em nome de objetivos ideológicos.

Atualmente, o FSP é formado por mais de cem partidos políticos, pertencentes a mais de 20 países. No caso do Brasil, sete partidos participam: Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Pátria Livre e Partido . Contudo, é inegável que a chegada ao poder do PT em 2003 acabou vinculando a existência e o funcionamento do FSP a essa agremiação. Em sua primeira declaração, datada de 04 de julho de 1990, o Foro se posicionava como unidade de congregação de forças "de esquerda, socialistas, democratas, populares e anti-imperialista". É evidente que a ideia de agregar diversos partidos políticos com peculiaridades históricas enraizadas na particularidade política, social e econômica de cada país, quando compreendidas como exatamente iguais e homogeneizantes, pode ser um problema do ponto de vista teórico e conseqüentemente prático, tanto do ponto de vista da leitura feita pela oposição, quanto pelo governo ou simpáticos ao Foro. Até que ponto os embates em torno da PEB do governo Lula - incluindo assim o FSP também -, seriam causa ou conseqüência dos interesses partidários circunstanciais não constitui objeto deste artigo, no entanto, salienta-se desde já, a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a questão.

Neste contexto de polarização política que também se projetou para o âmbito dos projetos de política externa de cada partido (PT e PSDB), o papel do Itamaraty, do ponto de vista institucional capaz de influenciar ou atuar diretamente nos processos decisórios em política externa, tornou-se questionável e bastante polemizado, sobretudo pelo relacionamento entre Lula e seu Ministro das Relações Exteriores, o Secretário Geral do MRE e o Assessor de Assuntos Internacionais da Presidência da República, respectivamente ocupado pelo triângulo, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães.

3. PEB Lula e a partidarização da PEB

A política externa e o modelo de inserção internacional preconizados pelo governo de Lula da Silva potencializaram o debate em torno do paradigma universalista e autonomista (LIMA, 1994), o qual, a partir de um modelo ideal, sistematiza genericamente as posições da política externa brasileira ao longo da história, a qual, ora optou por formatos de inserção internacional mais autônomos, em que, sobretudo, buscou-se pelo não-alinhamento "automático" com os Estados Unidos: posição denominada de autonomista; e, em outros momentos, apresentou significativo alinhamento com o vizinho norte-americano. Além disso, durante o governo Lula, polarizaram-se opiniões dicotômicas, estreitamente alimentadas pelas disputas domésticas, em que de um lado se encontravam os "formadores de opinião", minoritários e partidários do governo Lula, e os críticos da política de Lula, majoritários e formados "por um amplo leque de formadores de opinião, incluindo 6 jornalistas, acadêmicos, políticos, empresários e ex-diplomatas, na maioria dos casos, simpatizantes da orientação diplomática adotada pelo presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso" (FUSER, 2011, p. 63). Na visão de Fuser, tal clivagem apresentaria uma correspondência aproximada com a divisão existente no interior do Itamaraty, entre liberais e neodesenvolvimentistas, sendo que os primeiros se aproximariam do que Lima denomina de universalistas, dada a "aliança preferencial" com os Estados Unidos (FUSER apud PINHEIRO, 2004, p.61) e os segundos enfatizariam a busca pela autonomia, enquadrando-se, portanto, no paradigma autonomista. Este último seria defendido pelo presidente Lula e pelo alto escalão da diplomacia, formada por Paulo Sérgio Pinheiro, Marco Aurélio Garcia e Celso Amorim, rechaçando-se claramente suposta relação de submissão aos Estados Unidos e, orientada por uma diplomacia desenvolvimentista, acreditando "que uma política externa

com credibilidade internacional e uma política externa independente não são excludentes” (MENEZES, 2010, p. 86). Ideia clarificada pela afirmação de Guimarães, de que "as relações do Brasil com os Estados Unidos podem se revestir de enorme delicadeza, mas o princípio básico deve ser o de que o governo brasileiro não tem nenhuma razão para se submeter à hegemonia americana (GUIMARÃES, 2005, p. 267).

Somando-se à busca por uma “política externa independente, firme e serena”, o governo brasileiro reafirmou, por meio de suas ações, pressupostos do multilateralismo, evidenciados pelo G-20 comercial, apostando na lógica da coalizão; na aproximação aos países do Sul por meio da formação do BRICS e do IBAS; no revigoramento da política para a África; na negação da ALCA, tal como formatada pelos Estados Unidos; na afirmação da busca pela democracia e de relações mais equânimes no cenário internacional; no reconhecimento da China como economia de 7 mercado; na parceria estratégica com a França no campo da defesa; na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, além da prioridade com a América do Sul. (MENEZES, 2010, p. 90). A busca pelo fortalecimento das regras internacionais e por instituições internacionais que fortaleçam o multilateralismo marcaram a agenda internacional do governo de Fernando Henrique Cardoso, haja vista que o projeto da busca pela autonomia deveria circunscrever-se nos limites da participação (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011 p. 93) o que é visto de maneira crítica por Cervo (2008), na medida em que o País se tornaria refém das propostas neoliberais estabelecidas pelo “Consenso de Washington”, submetendo o desenvolvimento interno à lógica globalizante, considerando que a obediência às normas internacionais seria a melhor maneira de o País inserir-se no âmbito internacional, daí a denominação feita por esse mesmo autor, de “Estado Normal”. Considerando que a busca pela autonomia configura-se como uma constante na história recente da política externa brasileira, Vigevani e Cepaluni (2011) atribuem ao governo Lula uma estratégia da busca da “autonomia pela diversificação”, indicando assim, uma mudança progressiva da característica da política externa da era Cardoso, como já apontada acima, pela “autonomia pela participação”. Ainda assim, tal política não foi abandonada pelo governo Lula, mas, sim, incrementada, por meio da busca de um maior protagonismo na esfera internacional e, nesse sentido, os autores resumem a estratégia da busca pela autonomia característica da política externa do governo Lula pela:

(1) autonomia pela distância: política de não alinhamento automático aos regimes internacionais predominantes (...) (2) autonomia pela participação: adesão a regimes internacionais, especialmente aos mais liberais, mas sem perda da administração da política externa. O objetivo seria influenciar a formulação de princípios e regras que governam o sistema internacional; (3) autonomia pela diversificação: adesão aos princípios e normas internacionais, incluindo alianças regionais, mediante acordos comerciais com parceiros não tradicionais (...)” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011, p.136).

Da perspectiva comercial, o adensamento das relações multilaterais e a aliança com países “emergentes”, os quais se enquadrariam no status de “potência média” (GIACCAGLIA e LECHINI, 2011. p. 240), vincularia o Brasil a uma condição que transitaria de global trade à global player, sendo que este último estaria muito mais vinculado ao paradigma autonomista (VIGEVANI e RAMANZINI, 2009, p. 219). Utilizando o conceito de universalismo de Lafer (2004), Vigevani e Ramanzini (2009, p. 220) salientam que o universalismo seria “a pluralidade de interesses do Estado e da sociedade, as afinidades

históricas e políticas e simbolizaria a preocupação em diversificar ao máximo as relações externas do país”.

Na busca por um maior protagonismo internacional, a chancelaria brasileira posicionou-se diversas vezes a favor de uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, visto como elitista (LIMA e HIRST, 2006, p.56) e retrógrado, dada a percepção de um mundo em transição, salientada pelas palavras de Lula:

A ONU tem a cara de uma geopolítica de 1948. A política mudou muito. Em 2010, a cara do mundo é outra. Como é que se explica uma ONU sem a Índia, sem o Japão, sem Alemanha, sem África do Sul, sem Brasil, sem Nigéria? É preciso, então, recompor a formatação das Nações Unidas para que ela seja mais representativa e que o Conselho de Segurança seja forte. Portanto, para o presidente Lula a nova geopolítica demandaria uma recomposição do sistema internacional e caberia ao Brasil um papel ativo na busca pelas mudanças almejadas. Na esteira de um maior protagonismo internacional na esfera da segurança, parece inserir-se a ação brasileira no Haiti (DINIZ, 2005), embora negada pela chancelaria como uma estratégia para obtenção de apoio para o pleito do Brasil no CS. Nas palavras do enviado especial do Ministério das Relações Exteriores ao Haiti, Seitenfus (2007), o “Brasil agiu corretamente ao enviar tropas ao Haiti (...), lá estamos para servir às causas mais nobres da humanidade. Desta intervenção não pode sair nenhum proveito material para o Estado brasileiro” (SEITENFUS, 2007, p.14). Interessante notar que os desdobramentos da ação da Minustah no país caribenho na atualidade têm se manifestado por uma oposição interna progressivamente maior⁴ à força de paz brasileira, fato que põe em xeque o discurso oficial brasileiro. Justamente por isso, a decisão brasileira de liderar a Minustah “abalaria a imagem principista, jurdica, da diplomacia brasileira e, portanto, vem exigindo um esforço retórico de justificação que não parece estar sendo totalmente convincente” (DINIZ, 2005, p. 107).

4. O Foro de São Paulo (FSP) e o Itamaraty

O FSP surgiu em 1990 e como já dito, ganhou projeções inéditas a partir do governo Lula (2003-2010). Em sua primeira reunião, em 1990, figuras como o ex- presidente brasileiro Lula e figuras como Plínio de Arruda Sampaio se fizeram presentes.



8



**1a Reunião do Foro de São Paulo, em 1990,
com a participação de Plínio de Arruda
Sampaio.**

Fonte: Site Oficial FSP

O último encontro do Foro até a presente data ocorreu entre os dias 29 de julho e 31 de agosto de 2015 no México e dentre algumas resoluções tomadas, a título de exemplo, é interessante assinalar: o apoio ao governo Dilma Rousseff; a defesa de uma saída para o mar da Bolívia; o repúdio aos fundos abutres e a soberania argentina sobre a Ilha Malvina e o apoio incontestado à Revolução Cubana.

Especificamente, as diretrizes internacionais do PT também originam-se nas declarações oriundas do Foro de São Paulo. Em sua primeira reunião, em 1990, a declaração saída do encontro já dizia: “definimos [...] as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Nossa proposta passa [...] pelo impulso à solidariedade internacionalista dos nossos povos”, o que se repetiu, em 1996, no encontro de Porto Alegre, quando se afirma que “[...] estamos desenhando programas amplos [...] que realizem uma transformação política e econômica [...] que avance em direção a uma nova sociedade mais justa e igualitária”, e, também, em 2002, na reunião de Antígua, ao afirmar que “é preciso [...] contribuir efetivamente [...] para mudar os rumos dos processos de integração liderados [...] por uma visão mercantilista [...]”. Nesse sentido, o FSP advoga pela unidade latino-americana e caribenha com o propósito de lutar contra o imperialismo norte-americano, simbolizado no embargo a Cuba e nas políticas econômicas de cunho neoliberal, e de constituir nova ordem internacional capaz de satisfazer e de respeitar os objetivos nacionais dos países daquela região (RUIVO, ALMEIDA e TOLEDO, 2015 *apud* POMAR; REGALADO, 2013, p. 15 p. 97 p. 149).

A análise do posicionamento do PT nas reuniões do FSP durante os governos Lula demonstrou que embora com uma agenda mais abrangente em questões de política externa,

as linhas gerais da política externa deste período convergiu com as nuances mais gerais apresentadas pelo PT nas reuniões do Foro, sobretudo, com a política voltada à América do Sul e a busca por alianças com países menos favorecidos no sistema internacional.

Em termos de espaços institucionais para a política externa, o PT conta com uma Secretaria de Relações Internacionais (SRI) que: “contribui para que o conjunto do Partido dos Trabalhadores, em particular sua direção nacional, elabore e aplique uma política internacional compatível com as resoluções dos encontros e congressos partidários (...) acompanha a situação internacional, desenvolve e mantém vínculos com partidos amigos e organizações partidárias internacionais, dá suporte a atividades internacionais de outras secretarias do partido e ao funcionamento dos núcleos do PT no exterior. A Secretaria é também encarregada da Secretaria-Executiva do Foro de São Paulo.” (Retirado do site oficial do PT, acesso: 16 ago. 2015).

Ainda assim, neste contexto, emerge a questão acerca dos processos decisórios em política externa no Brasil e o papel do Itamaraty. Percebe-se que, embora o processo gradual de diminuição do insulamento desta instituição após a redemocratização seja quase consensual entre os analistas (FARIA, 2012; PINHEIRO e MILANI, 2012), as figuras do presidente da república, juntamente com o Secretário do MRE e do ministro das Relações Exteriores - e, no caso de Lula, o assessor especial de assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia - são protagonistas nos processos decisórios. Para Mesquita (2013), o Itamaraty não foi imune ao processo de polarização política, de modo que exonerações e nomeações também indicariam a partidização em torno do *staff* do alto escalão do Itamaraty, com ressalvas feitas ao cargo de Subsecretários- Gerais, seja no governo de FHC ou de LULA

Quanto ao MRE, o próprio arquétipo burocrático-institucional formatado pelos papéis do Itamaraty e a relação deste com o Presidente da República, estabelecido pela Constituição de 1988, delega ao presidente maior peso nas decisões de política externa, uma vez que cabe a este a escolha pelos atores que compõem o alto escalão do Itamaraty. Adicionalmente, a falta de exatidão no texto constitucional, o qual tangencia os papéis entre Legislativo e Executivo, no tocante à política externa, acaba por conferir um papel proeminente do Executivo, cristalizado no Presidente da República, sobre o Legislativo, por meio, sobretudo, dos “Acordos Executivos”² (FIGUEIRA, 2009). Ariane Figueira conclui que embora a atividade do Legislativo, em matéria de política externa, tenha aumentado nos últimos anos, ainda haveria um papel desproporcional entre um poder e outro, agravando a questão do *accountability*.

Ao analisar as visões do Itamaraty acerca da forma da inserção internacional do Brasil, Mirian Saraiva (2010) identifica duas correntes distintas, as quais denominam-se como *institucionalistas pragmáticos* e *autonomistas*. Os primeiros comporiam o alto escalão da diplomacia da gestão de FHC (1995-2002) e teriam como pressuposto a necessidade de aderência aos regimes internacionais e maior inserção para viabilizar a obtenção de recursos externos ao desenvolvimento do Brasil. Por sua vez, os autonomistas, preponderantes da gestão Lula (2003-2010), buscariam alçar o Brasil a uma condição internacional de potência e, para tanto, seria necessária a maior autonomia e independência diante do sistema internacional. A apreensão de Saraiva aponta para grupos com visões distintas no interior do

² Os “Acordos Executivos” são “acordos em forma simplificada, os quais categorizam o estabelecimento de compromissos que dizem respeito a assuntos rotineiros da atividade diplomática e que possuem vigência imediata, ou seja, não precisam da aprovação do Congresso Nacional”. A participação do Legislativo sobre o controle do Executivo acaba por configurar-se como deficitária (FIGUEIRA, 2009, p. 67).

Itamaraty e, conseqüentemente, remete a análise para a questão das disputas por influência e poder na formulação da política externa.

Para Mesquita (2013), elementos indicadores da influência partidária sobre o Itamaraty seriam as convergências de linhas gerais dos projetos de política externa formulados pelo PT, como, por exemplo, as restrições ao livre mercado e a compreensão de uma situação mundial de transição desencadeada pela crise da hegemonia dos Estados Unidos e dos pressupostos neoliberais. Sob tal contexto, o Brasil deveria agir de acordo com estratégias que viabilizassem a elevação de uma potência periférica à uma potência mundial, a partir da plataforma de liderança regional e entre os países do Sul em desenvolvimento. Deste modo, o centro nevrálgico da estratégia dessa ascensão seria a postura solidária sul-americana, visando a mudar a correlação de forças internacional.

É de suma importância salientar que muito do ideário das relações internacionais do PT é exemplificado pelo Foro de São Paulo.

4. Conclusão

O presente trabalho buscou identificar, apresentar e relacionar as linhas gerais da Política Externa Brasileira dos governos Lula da Silva (2003-2010), considerando suas particularidades, com as propostas contidas nas resoluções do Foro de São Paulo. É evidente que alguns traços da Política Externa dos governos petistas, ao menos no discurso, se assemelham significativamente com as resoluções anuais do Foro de São Paulo. Dentre eles, podemos citar a importância aos processos de integração regional como *conditio sine qua nom* para favorecer a diminuição da desigualdade socioeconômica entre os países e a defesa em uníssono de políticas públicas que refutem o modelo neoliberal. Ao

A excêntrica variedade da composição dos partidos políticos integrantes do Foro, somados a distinções gritantes entre os países partícipes, acabou por conferir um caráter muito mais idealizado do que efetivo das resoluções. Ainda que haja uma convergência em torno de temas gerais que podemos caracterizar como progressistas, a realidade de cada país, com suas lutas políticas domésticas singulares acabaram por conferir um traço muito mais discursivo do que efetivo às decisões. É importante assinalar que o processo de convergências em torno de uma alternativa ao neoliberalismo acabou por ser determinante na formatação de um novo desenho geopolítico latino-americano, ainda que com suas distintas nuances.

A efetividade do Foro tem sido bastante questionada no Brasil acompanhando o crescente processo de polarização política que envolve o cenário político doméstico. Diante de um cenário interno cada vez mais polarizado e da fragilidade das esquerdas latinoamericana na atualidade, o destino e efetividade do Foro de São Paulo aparece cada vez mais criticado pela oposição política e em grande medida, pela mídia. Sem dúvida, as próximas eleições e uma suposta substituição do PT no poder do Estado brasileiro, será determinante para a ampliação dos debates em torno das políticas externas latino-americanas e suas respectivas coalizões, no cenário regional

Referências bibliográficas.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula.** Revista de Sociologia e Política. p. 87-102. Curitiba, 2003.

_____. “Uma política externa engajada: a política externa de Lula da Silva”. *Rev. Bras. Polít. Int.* 47 (1): 162-184, 2004.

BARBOSA, Rubens. **A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul.** *Revista Interesse Nacional.* n.01, abr./jun. 2008.

CASON, Jeffrey W. and POWER, Timothy. **Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era.** *International political Science Review*, vol. 30, no. 2

CERVO, Amado. Political Regime and Brazil's Foreign Policy., p. 341-362. In: SARAIVA, J. F. S. (org.). *Foreign Policy and Political Regime.* Brasília: IBRI, 2003.

_____. **Inserção Internacional: a formação dos paradigmas brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

LIMA, Maria R.S. e MILANI, Carlos. **Privatização ou democratização da Política Externa Brasileira?.** Agência Carta Maior. 01/04/2014.

_____. **Instituições democráticas e Política Exterior.** Contexto Internacional. V. 22, no. 2- 2000.

MESQUITA, Lucas R. **Itamaraty, partidos políticos e a Política Externa Brasileira.** Tese de dissertação de mestrado apresentada só Departamento de Ciência Política da UNICAMP. 2013

PINHEIRO, Leticia. E Milani, Carlos R.S. **Política Externa Brasileira: as práticas da política e as políticas das práticas.** Rio de Janeiro. 2012. Editora FGV

PIMENTA de Faria, Carlos Aurélio. **O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários.** Contexto Internacional. Vol. 34, no 1, janeiro/junho 2012

SARAIVA, Mirian G. **A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático x autonomistas.** *Revista Mural Internacional.* UERJ. 2010, Volume 1 no.

TOLEDO, Sara B. **A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O SENTIDO DA LIDERANÇA REGIONAL ATRIBUÍDO PELO GOVERNO LULA.** Ensaio IEEI- UNESP.

VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula.** 2011. Ed. Unesp.